

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Os números mostram como o Estado devora a Nação

Há alguns dias, o diretor executivo da Ical S.A., Edwaldo Almada de Abreu, mostrava, em precioso artigo publicado na Gazeta Mercantil, como o Estado brasileiro, entregue nas mãos de homens cuja irresponsabilidade alimenta a sua incompetência e vice-versa, mergulhou num perigoso processo que ele chama de "autofágico", arrastando atrás de si toda a economia da Nação. Almada de Abreu recordava que, dada a sua característica de mero coletor de impostos e não de produtor de riquezas, o Estado só pode-se fortalecer e enriquecer em decorrência do fortalecimento e do enriquecimento de toda a sociedade e dos seus agentes produtores — empresas industriais, comerciais e de serviços, profissionais liberais e trabalhadores em geral — e nunca antes e nem, muito menos, às custas do enfraquecimento e do empobrecimento dessa sociedade. E a seguir demonstrava, com meridianas clareza e precisão, como, com medidas econômicas casuísticas que só produzem efeito no curto prazo e que revelam claramente que, na cabeça dos novos donos do poder, foi literalmente invertida esta que seria a ordem natural das coisas, o Estado brasileiro e seus "donos" acreditando poder enriquecer a qualquer custo e independentemente da sociedade, estão matando a galinha dos ovos de ouro, levando ao esgotamento as suas próprias fontes de alimentação.

Ele apontava as principais etapas que caracterizam este círculo vicioso em que estamos presos há tantos anos, partindo da alta vertiginosa das taxas de juros ocorrida nos últimos meses: "O Estado ocupa o primeiro lugar como tomador de dinheiro no mercado e puxa as taxas de juros a níveis tão elevados que, de roldão, empurra as empresas à bancarrota... (Além disso), na qualidade de controlador de preços, não permite às empresas o repasse imediato dos aumentos de custos generalizados que este processo acarreta em todas as fases da produção e, ao mesmo tempo, induz o empresário a não investir na produção (levando-o para a ciranda financeira), e assim encaminhando o parque industrial à obsolescência. Em decorrência o Estado deixa de arrecadar sobre os preços reais; reduz a receita tributária (passando a arrecadar sobre menos contribuintes e sobre contribuintes empobrecidos e busca mais empréstimos para rolar a sua dívida... As estruturas pesadas das empresas estatais, com reflexos na competência, também não conseguem reajustar os seus preços a tempo e níveis necessários para se automanterem, recorrendo ao Tesouro e tomando empréstimos diretamente no mercado, tornando-se concorrentes do próprio Estado... (Diante desse processo), como o Estado procura compensar suas necessidades imediatas de caixa? Com arrochos tributários e com mais captação no mercado. Mas, com o arrocho tributário, afasta as empresas mais aventureiras do erário, lançando-as à sonegação, enquanto o recurso ao mercado eleva mais ainda as taxas de juros... Parte das empresas (as mais honestas) não agüenta e fecha as portas (o que diminui o universo sobre o qual arrecadar). Portanto, o aumento de tributos só representa um aumento momentâneo das receitas do Estado", mas a sociedade, o aparelho produtor de riquezas da Nação, sai de cada volta deste círculo vicioso mais enfraquecida.

Para romper o círculo, Almada de Abreu sugere o mesmo "remédio" que deu certo nos Estados Unidos, com Reagan; na Inglaterra, com Thatcher e em todos os países que ostentam, neste momento, índices recordes de crescimento: "o corte dos gastos públicos acompanhado do decréscimo de tributos e, em compensação proporcional, o incremento dos preços relativos e salários", com o que "o Estado (aumentando o universo de contribuintes e o poder da economia como um todo) arrecadaria (inicialmente), no mínimo, o mesmo valor, mas fortaleceria as empresas e a sociedade", com o que prepararia o terreno para futuros aumentos reais da arrecadação como decorrência do fortalecimento real de toda a economia.

O primeiro balanço do Fundo Nacional de Desenvolvimento, sigla sob a qual se somam os resultados do último arrocho fiscal decretado pelos donos do poder, que publicamos em nossa edição de ontem, comprova com números tudo que dizia Almada de Abreu no seu preciso diagnóstico.

Os números brutos servem apenas para comprovar a violência desse arrocho: até o dia 10 de abril, o FND — cujos fundos provêm do compulsório sobre os automóveis, combustíveis, passagens e "dólares turismo" (50%) e sobre os fundos de pensão (os outros 50%) — tinha arrecadado Cz\$ 59,872 bilhões. Para se ter uma noção de quanto isso representa, basta recordar que, em recente balanço apresentado às autoridades de Brasília, representantes da microempresa brasileira informaram que no ano de 1986 foram criadas mais de 300 mil microempresas no País com um investimento de cerca de Cz\$ 30 bilhões (espontâneo, isto é, feito pelos criadores dessas empresas sem nenhuma ajuda governamental) e com a criação de oito milhões de novos empregos... (e de novos consumidores "tributáveis").

Mas para confirmação da tese de Almada de Abreu interessa-nos mais examinar o comportamento dessa arrecadação mês a mês: em janeiro do ano passado, os empréstimos compulsórios e os fundos de pensão renderam ao governo 4,73 bilhões de cruzados; em fevereiro a arrecadação caiu para 2,76 bilhões de cruzados e em março, última medida tomada, já tinha caído para 1,65 bilhão de cruzados.

Parte dessa queda foi explicada pela recusa (ou impossibilidade) da Petrobrás de repassar à União mais de 6 bilhões de cruzados recolhidos a título de "empréstimo compulsório" sobre o preço dos combustíveis. É que a "pesada estrutura" dessa estatal, "com reflexos na competência", além dos regulamentos impostos pelo próprio Estado na sua qualidade de "controlador de preços", impediu-a de "reajustar seus preços a tempo e níveis necessários para se automanter", o que a levou a deixar de depositar os impostos colhidos pela União por seu intermédio...

Com o brutal aumento no preço dos automóveis, os consumidores também deixaram de comprá-los (as vendas caíram mais de 36% nos três primeiros meses do ano), e o governo (Estados e municípios que vivem do ICM principalmente) passou a arrecadar menos, embora o nível de taxaço sobre os automóveis no Brasil seja mais alto do que o praticado em qualquer lugar do mundo (73% sobre o preço de fábrica que já é gravado por outros impostos sobre matérias-primas, salários etc. — e isto depois da redução do compulsório de 30 para 15% — contra 4% nos Estados Unidos, por exemplo). A indústria automobilística e todos os 20 milhões de brasileiros que dela dependem diretos ou indiretamente saíram tremendamente enfraquecidos da brincadeira. As montadoras, uma após a outra, anunciaram o adiamento de investimentos, trabalham com grande ociosidade e, mais dia menos dia, passarão a dispensar operários...

Tudo isso — para não falarmos na crise externa e nos outros aumentos de impostos como o decretado sobre a renda das empresas em geral que, literalmente, consumiu todo o lucro e as reservas para investimentos feitas em 86 para este ano — provocou uma forte desaceleração da economia, uma pronunciada queda nas exportações, uma retração dos consumidores e uma retração da produção em geral. O Estado, contudo, não reduziu proporcionalmente os seus gastos; ao contrário, multiplicou-os e, assim, continuou com sua necessidade de recursos crescendo. E, diante da ineficiência do último arrocho fiscal, redobrou seus avanços sobre o mercado financeiro, fazendo as taxas de juros subirem até o patamar em que estão hoje, agravando ainda mais a situação das empresas já abaladas pelo impacto fiscal. De quebra, com a disparada da inflação, provoca perdas crescentes no valor dos salários e a retração ainda maior dos consumidores. Com isso reduz-se a arrecadação de todos os impostos e agrava-se tremendamente não só a situação da União, mas também a dos Estados e municípios. Incapazes de se manterem com as próprias pernas, estes recorrem ao governo federal que, como também

não tem o que dar, recrudescer sua ação no mercado financeiro e tende a engendrar novos apertos fiscais... para que todo o círculo se inicie de novo.

Da outra ponta — nem é preciso dizê-lo — não sai nada que se aproveite. Todo o dinheiro tirado das mãos de quem poderia multiplicá-lo se perde em mais e mais contratações que não visam nada senão prover de "ovelhas" os currais eleitorais dos políticos e multiplicar as fontes de gastos públicos, ou em malcheirosas orgias de gastos com projetos faraônicos como as que se arquitetam neste momento, com tentativas de assalto ao FND, para comprar a estabilidade no cargo para o sr. José Sarney...

Especular sobre os efeitos sociais e políticos de um processo como este é coisa que deixamos para a imaginação de cada um.

Porque os resultados econômicos estão evidentes demais...